

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Lucas Antonio Xavier
Bruna Carraro de Oliveira
Chirlei de Fátima Rodrigues
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec
Simone Vieira Sant'Anna Fardim
José Izaias Moreira Scherrer Neto
Luciano Carneiro Cardozo
Unir Andrade Rabelo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3432118051

CAPÍTULO 2..... 15

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Zanado Pavão Sousa Mesquita
Marcella Arraes Castelo Branco
Elenice de Alencar Silva

DOI 10.22533/at.ed.3432118052

CAPÍTULO 3..... 28

A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Felipe Miranda Zanetti

DOI 10.22533/at.ed.3432118053

CAPÍTULO 4..... 40

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS

Miguel Rodrigues Netto

DOI 10.22533/at.ed.3432118054

CAPÍTULO 5..... 54

A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Nascimento Lira
Roseli Fernandes Lins Caldas

DOI 10.22533/at.ed.3432118055

CAPÍTULO 6..... 65

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS

Leandro Silva de Paula

DOI 10.22533/at.ed.3432118056

CAPÍTULO 7	78
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3432118057	
CAPÍTULO 8	90
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.3432118058	
CAPÍTULO 9	101
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
DOI 10.22533/at.ed.3432118059	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
DOI 10.22533/at.ed.34321180510	
CAPÍTULO 11	125
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180511	
CAPÍTULO 12	133
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
DOI 10.22533/at.ed.34321180512	
CAPÍTULO 13	144
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva
Antonio Ernandes Marques da Costa
Neide Gravato da Silva
Giselle Raquel Israel
Ezio Távora dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.34321180513

CAPÍTULO 14..... 156

A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA

Paulo Cesar Cedran
Chelsea Maria de Campos Martins

DOI 10.22533/at.ed.34321180514

CAPÍTULO 15..... 166

AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE

Elizabeth R. O. Pereira
Edicléa Mascarenhas Fernandes
Franklin José Pereira
Nathalia R. O. Habib Pereira
Victor R. O. Habib Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34321180515

CAPÍTULO 16..... 177

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida de Oliveira Lage
Urbano da Silva Batista
Leidiane Chaves da Cruz
Valdeis Correa Baiense
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34321180516

CAPÍTULO 17..... 190

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Anelise Kologeski

DOI 10.22533/at.ed.34321180517

CAPÍTULO 18..... 204

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Maria do Carmo Soares de Almeida
Susana Henriques

DOI 10.22533/at.ed.34321180518

CAPÍTULO 19.....	214
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
DOI 10.22533/at.ed.34321180519	
CAPÍTULO 20.....	233
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
DOI 10.22533/at.ed.34321180520	
CAPÍTULO 21.....	244
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.34321180521	
CAPÍTULO 22.....	260
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
DOI 10.22533/at.ed.34321180522	
CAPÍTULO 23.....	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.34321180523	
CAPÍTULO 24.....	280
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
DOI 10.22533/at.ed.34321180524	

CAPÍTULO 25	301
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosangela Teles Carminati Soares	
Andreia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180525	
CAPÍTULO 26	314
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> : DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.34321180526	
CAPÍTULO 27	328
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
DOI 10.22533/at.ed.34321180527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	334
ÍNDICE REMISSIVO	335

CAPÍTULO 4

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANÓRAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENS BRASILEIRAS

Data de aceite: 01/05/2021

Data de submissão: 15/04/2021

Miguel Rodrigues Netto

Universidade do Estado de Mato Grosso –
UNEMAT
Sinop – Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/5892152879005889>

RESUMO: Este estudo tem por objetivo mostrar como o Estado brasileiro ofertou e oferta a educação básica para seus cidadãos ao longo dos últimos sessenta anos. Ao longo dos anos as políticas de educação sofreram diversas alterações até se chegar ao arcabouço legal da atualidade. A pesquisa pauta-se basicamente em três legislações educacionais sendo a primeira a Lei 4024/1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a segunda é a Lei 5692/1971 que promoveu uma grande reforma no ensino de 1º e 2º graus e por último a Lei 9394/1996 e suas respectivas emendas que redefiniram toda a educação nacional até os dias de hoje. Vale ressaltar que as duas primeiras legislações são fortemente marcadas pelo período da Ditadura Militar e isso se reflete no caráter impositivo dos textos enquanto que a atual lei traz a educação básica na perspectiva do direito social, elemento de cidadania. A metodologia empregada é o estudo comparativo entre as legislações, bem como suporte teórico da área de educação e o resultado alcançado é um panorama que permite visualizar como a

educação básica deixa de ser uma benesse para minorias e passa a figurar como direito social de um grande contingente populacional.

PALAVRAS - CHAVE: Cidadania. Direito social. Educação Básica. Estado. LDBEN.

BASIC EDUCATION AS SOCIAL LAW: A HISTORICAL OVERVIEW FROM BRAZILIAN LDBENS

ABSTRACT: This study aims to show how the Brazilian State has offered and offers basic education to its citizens over the past sixty years. Over the years, education policies have undergone several changes until reaching the current legal framework. The research is basically based on three educational legislation, the first being Law 4024/1961 and the first National Education Guidelines and Bases Law; the second is Law 5692/1971 that promoted a major reform in the education of 1st and 2nd degrees and finally Law 9394/1996 and its respective amendments that redefined all national education until today. It is worth mentioning that the first two legislations are strongly marked by the period of the Military Dictatorship and this is reflected in the mandatory nature of the texts, while the current law brings basic education from the perspective of social law, an element of citizenship. The methodology used is the comparative study between the laws, as well as theoretical support in the area of education and the result achieved is a panorama that allows us to see how basic education is no longer a benefit for minorities and starts to figure as a social right of a great population contingent.

KEYWORDS: Citizenship. Social law. Basic

1 | INTRODUÇÃO

Em meio a pandemia do novo Coronavírus – COVID-19 que assola o Brasil e o mundo e que a esta altura parece estar distante de ser vencida; o ano de 2021 marca os 60 anos da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, a Lei Nº 4024/1961.

Evidentemente que a legislação educacional brasileira não teve início como a primeira LDBEN. Ainda no período do Brasil Colônia as normativas implantadas pelo Marquês de Pombal já estabeleciam parâmetros educacionais, assim como no período do Império onde sobretudo D. Pedro II deliberou sobre a organização da educação na corte imperial e nas províncias. Sobre as reformas pombalinas e a introdução das aulas régias destacamos:

No contexto colonial, as aulas régias eram atividades de ensino das disciplinas de humanidades financiadas diretamente pelo erário do Estado monárquico português. Em épocas anteriores, encontramos experiências semelhantes às aulas régias instituídas pelas reformas pombalinas, por exemplo: quando o imperador Vespaziano instituiu, durante o século I d.C., os salários dos mestres das cátedras de retórica ou as aulas dotas de artes liberais ministradas, a partir do século XII, pelos mestres livres (vagantes ou goliardos). Essas aulas, que estão associadas ao aparecimento das universidades medievais, também contaram com subvenções pecuniárias papal e imperial (Ferreira Jr., 2010, p.30).

Também na República Velha importantes medidas foram tomadas como a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha, embriões dos atuais Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Ressaltamos ainda que nos anos 1920 se instituíram as primeiras Faculdades de Estudos Superiores. Nos anos finais do domínio dos coronéis e barões do café paulista e do leite mineiro a população de operários imigrantes já atingia um contingente considerável, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. E as pressões populares por uma educação mais universalista cresciam.

As mudanças que lentamente introduziam as relações capitalistas de produção no Brasil também se fizeram sentir no âmbito da educação. No início do século XX, os grandes centros urbanos tinham recebido um grande contingente de imigrantes europeus, principalmente aqueles que haviam se livrado das relações de trabalho assumidas nas fazendas de café. Foram esses colonos estrangeiros que formaram a maior parte do nascente operariado brasileiro. Nas cidades, além das lutas políticas e sindicais de influência anarquista e comunista que protagonizaram, passaram também a reivindicar escolas para as suas proles. Essas transformações socioeconômicas no mundo urbano de então se refletiram no âmbito da educação. Assim, a partir da década de

1920, várias unidades federadas implementaram políticas educacionais no sentido de ampliar a universalização da escola pública (Ferreira Jr., 2010, p. 58).

Nos anos 1940 durante a ditadura do Estado Novo o presidente Getúlio Vargas implantou dezenas de escolas industriais, comerciais e agrícolas criando os Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial e Comercial – SENAI/SENAC. Isto se deu por meio da reforma educacional tocada por seu Ministro da Educação Gustavo Capanema com a leis orgânicas conforme conferimos no quadro:

DATAS	DECRETOS
22/01/1942	Decreto-lei no 4.048: Criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
30/01/1942	Decreto-lei no 4.073: Lei Orgânica do Ensino Industrial
09/04/1942	Decreto-lei no 4.244: Lei Orgânica do Ensino Secundário
28/12/1943	Decreto-lei no 6.141: Lei Orgânica do Ensino Comercial
02/01/1946	Decreto-lei no 8.529: Lei Orgânica do Ensino Primário
02/01/1946	Decreto-lei no 8.530: Lei Orgânica do Ensino Normal
10/01/1946	Decreto-lei no 8.621: Criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
20/08/1946	Decreto-lei no 9.613: Lei Orgânica do Ensino Agrícola

Quadro 1 – As Leis Orgânicas do Ensino

Adaptado de (Ferreira Jr., 2010 apud Oliveira, 1960)

Podemos verificar até aqui que embora a legislação educacional apontasse para regulamentos e até mesmo reformas, o país chegava a segunda metade do século XX sem uma lei geral, que estabelecesse os sistemas de ensino, os níveis e modalidades de maneira ampla, com visão nacional. Assim em 1948 durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra inicia-se a disputa ideológica que culminaria com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação treze anos depois.

2 | CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO BRASIL PRÉ LDBEN DE 1961

O mundo vivia desde o fim da segunda guerra um período de otimismo. A fundação da Organização das Nações Unidas – ONU e a declaração dos Direitos Universais do Homem em 1948 davam o tom das relações socioeconômicas e culturais neste período que ficou conhecido como as três décadas gloriosas ou os anos dourados.

A guerra fria entre o bloco capitalista liderada pelos Estados Unidos e o bloco socialista liderado pela União Soviética impulsionava a classe trabalhadora mundial organizada em sindicatos e organizações sociais a lutar por direitos fundamentais, mesmo

que sob a esfinge capitalista. Desta forma alguns países experimentaram desde o pós-guerra até a crise do petróleo de 1973 um modelo de organização denominado Welfare State, como podemos verificar:

A definição de Welfare State pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (Gomes, 2006, p.203).

No caso brasileiro, o período pré-LDBEN foi marcado pelo governo democrático de Getúlio Vargas que voltou ao poder pelas urnas em 1951. No entanto seu suicídio em 1954 trouxe grande incerteza só arrefecida com a subida ao poder de Juscelino Kubitschek – JK que governou o país de 1956 a 1961 e teve como característica principal a industrialização e a abertura econômica ao capital externo. O presidente prometia crescimento de 50 anos em 5 e pregava o otimismo e desenvolvimento.

A menina dos olhos de JK foi Brasília capital do país construída durante seu mandato e inaugurada em 1960. Brasília simbolizava a pujança de seu governo de caráter desenvolvimentista, conforme vemos em seu Plano de Metas:

O **desenvolvimentismo econômico** que o Brasil viveu durante o mandato de JK priorizou o investimento nos setores de transportes e energia, na **indústria de base** (bens de consumos duráveis e não duráveis), na **substituição de importações**, destacando a ascensão da indústria automobilística, e na Educação. Para JK e seu governo, o Brasil iria diminuir a desigualdade social gerando riquezas e desenvolvendo a industrialização e conseqüentemente fortalecendo a economia. Sendo assim, estava lançado seu Plano de Metas: “o Brasil iria desenvolver 50 anos em 5” (Netto, 2011, p.78).

No campo da educação o Brasil investiu na educação profissionalizante onde formava mão de obra voltada a indústria e sem tempo a perder já que o avanço não podia esperar formar indivíduos pensantes e críticos, pois o lema era agora! Já! e assim formou pessoas para trabalhar nas indústrias estrangeiras que chegavam no Brasil a maioria delas automobilísticas. Essa corrida pela industrialização trouxe com ela um crescimento urbano desordenado no Sudeste do país e o agravamento da questão social, pois milhares de migrantes em maioria nordestinos e mineiros além de estrangeiros chegavam em busca melhoria de vida e encontravam condições precárias de subsistência.

O governo de Jânio Quadros (1961) foi marcado pelas críticas ao governo anterior o de JK, seu discurso político era baseado na promessa de combater a inflação e o alto custo de vida. Sua administração era baseada na austeridade e moralismo, e seu governo extremamente contraditório o que causou rápida perda de força política; isso levou à renúncia poucos meses após ter assumido o mandato.

João Goulart, popularmente chamado de Jango, pregava uma política independente e propunha as reformas de base no propósito de diminuir as desigualdades sociais e que o Brasil voltasse a crescer. Seus objetivos eram de combater a inflação, iniciar um processo de reforma agrária, renegociação da dívida externa e incentivo à industrialização dando continuidade do desenvolvimento econômico. Ao contrário de JK, Jango procurou diminuir a participação das empresas estrangeiras na economia do país. Mas tanto suas propostas não agradaram os setores conservadores e as elites e seu poder foi dissipado com a implantação do parlamentarismo em 1961 e mesmo com a volta do presidencialismo em 1963 após plebiscito, as forças conservadoras dominaram a cena política nacional culminando poucos meses depois com a instauração da ditadura militar em março de 1964.

Nessa efervescência social e política é que foi aprovada a primeira LDBEN em 1961 e que passamos a analisar na sequência.

3 I ASPECTOS CENTRAIS DA LEI 4024/1961 – PRIMEIRA LDBEN

Há muito tempo se buscava através de lutas uma educação de acesso a todos, gratuita, que atingisse interesses diversos e que formasse uma sociedade preparada para a realidade. Mas isso por muito tempo foi barrado e interrompido diversas vezes, uma vez que o Brasil em cada um de seus anos buscava por seus governantes atender interesses de poucos onde a elite se destacava no que diz acesso à educação. Mas este anseio não foi solucionado com a LDBEN N° 4024/1961.

O que mostra essa desigualdade de acesso é o fato de que pregava se uma educação como direito de todos, mas esta não alcançava o que propunha, tendo que muitas vezes estudantes ficarem à espera de vagas para cursar o ginásio ou colegial. No trecho da LDB onde diz que à família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos está claro a divisão de interesses onde há pessoas em extremamente interessadas em aprender para entrar no mercado de trabalho e outras querendo uma proposta de educação para formação de cidadãos “pensantes” e sem pressa de resultados.

A educação pré-primária era destinada a crianças menores de sete anos, se acaso uma mãe tivesse um filho menor de sete anos e trabalhasse em uma empresa, esta teria que se organizar sozinha ou com ajuda dos poderes públicos para manter instituições de educação pré-primária.

O ensino primário obrigatório a partir dos sete anos teria duração de quatro anos e ainda poderia se estender por mais dois anos este tempo seria para a prática de atividades diferenciadas para meninos e meninas. Ressalta-se que se distinguia os sexos de uma forma que as meninas aprenderiam por exemplo, artes da culinária enquanto os meninos tinham reforçados seu conhecimento de matemática e economia. “Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando [...] os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade” (LDBEN

4024/1961) [grifo nosso].

Uma determinação que marcou o ensino primário foi a questão da obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário, vetando de alguns direitos o pai que deixasse de efetuar a matrícula de seu filho previsto no artigo 30.

Art. 30. Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprêgo em sociedade de economia mista ou emprêsa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar (LDBEN 4024/1961).

Neste contexto o governo ofertava como sua obrigação vagas para os quatro primeiros anos do ensino primário não se comprometendo com a oferta de vagas para o ginásial (4 anos) e colegial (3 anos) compreendidos como ensino médio na época.

Esta lei previa dois tipos de formação para professores: formação do professor para lecionar no ensino médio realizada pelas universidades e institutos superiores; e formação do professor para atuar no ensino primário realizada no curso de ensino normal de grau ginásial ou colegial, uma grande oportunidade para o professor uma vez que não tinham vagas suficientes na universidade para todos, o que se torna uma realidade adversa até hoje, pois a demanda de pessoas buscando a universidade continua muito maior que as vagas ofertadas.

É importante resaltar que a realidade vivida nesta LDBEN a respeito de formação de professores é muito diferente da que vivemos uma vez que agora não é permitido que um professor leccione sem ter uma licenciatura salvo casos especiais quando não se tem pessoal especializado na região para ministrar as aulas em que se permite a formação pedagógica para não licenciados.

Já o ensino no sentido de financiamento da educação para manutenção e desenvolvimento e formação dos professores era realizado de forma anual pela União com 12% no mínimo da sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% no mínimo.

Nossa análise aponta ainda que embora a Lei 4024/1961 tenha sido aprovada antes do regime militar de 1964 seus preceitos já atendiam tais interesses e por isso apenas dez anos depois de sua implantação foi modificada. O governo militar alterou apenas a parte relacionada ao ensino superior sancionando a Lei 5540/1968 e por sua especificidade foi denominada lei da reforma universitária.

4 | LEI 5692/1971 E MUDANÇAS NO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS: UMA NOVA LDBEN?

Podemos dizer que a Lei 5692/1971 embora não tenha abrangido toda a educação teve sim o peso de uma nova LDBEN, pois ela reestabeleceu a estrutura do ensino básico, da formação de professores, dos sistemas de ensino e do financiamento da educação,

deixando de fora o ensino superior porque este já havia sido objeto da Lei 5540/1968.

O contexto de Brasil onde foi implantada a Lei 5692/1971 tinha como cenário o regime militar, que ditava regras de conduta aos brasileiros, este foi o período onde o país ficou marcado pela repressão e desrespeito as liberdades individuais de cada cidadão. Em relação ao setor educacional este foi o que mais sofreu com o regime militar, os estudantes do ensino superior foram alvos visados tendo disciplinas retiradas de seus currículos modificando a estrutura do ensino deste nível.

Neste período de repressão com crescimento econômico o maior interesse do governo militar era a educação profissional, pois estava em curso um processo de industrialização e urbanização e a estratégia era formar em curto prazo mão de obra especializada para promover os avanços no país Ferreira Jr., 2010 explica a lógica por trás da preferência pelo ensino técnico:

Os governos militares adotaram um movimento político de duplo sentido: ao mesmo tempo em que suprimiam as liberdades democráticas e instituíam instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do Estado nacional no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em síntese: propugnavam a criação de uma sociedade urbano-industrial na periferia do sistema capitalista mundial pautada pela racionalidade técnica. No lugar dos políticos, os tecnocratas [...] (Ferreira Jr., 2010, p.96).

Tendo em vista estes acontecimentos a Lei 5692/71 fez toda uma mudança na estrutura educacional passando a se chamar ensino de 1º e 2º grau sendo que nesta nova lei entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau. Em comparação com a Lei 4024/61 que regulamentava de forma diversa.

O objetivo geral naquela época era a qualificação para o trabalho por isso o ensino de segundo grau era bastante abrangente no sentido da educação profissional podendo o estudante decidir entre cursar o segundo grau apenas ou integrar aos estudos a parte profissionalizante com mais um ano.

Além deste perfil que passou a ter o segundo grau também foi obrigatória a inclusão de outras disciplinas no currículo do educando, uma vez que visava fortalecer as concepções daquele regime dentro das escolas.

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativas constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus (Lei Nº 5692/1971).

O governo passa a exercer maior controle da educação estabelecendo “uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção” (Ferreira Jr., 2010, p.98). Há uma cobertura maior por parte do Estado com a educação passando ser obrigatória, dos sete aos quatorze anos, compreendendo todo primeiro grau de oito anos. Esse foi um avanço em relação a Lei Nº 4024/1961 que estabelecia obrigatoriedade do ensino público apenas nos 4 anos do primário.

A formação dos professores era realizada de uma forma que levava em consideração as dificuldades regionais de formação de cada região do país, se adequando de maneira que a formação mínima para o exercício de magistério seria: para atuar no ensino de 1º grau, de 1ª à 4ª série o professor deveria ter habilitação específica de 2º grau; para atuar no ensino de 1º grau, de 1ª à 8ª série este deveria ter habilitação específica de grau superior ao nível de graduação representada por licenciatura de 1º grau conhecida como licenciatura curta e para ser professor e atuar em todo o ensino de 1º e 2º graus, a habilitação específica seria um curso de nível superior correspondente a licenciatura plena, (Lei 5692/71). A formação de profissionais de gestão escolar (administradores, planejadores, orientadores, supervisores, inspetores dentre outros também deveria ser feita em curso superior de duração plena.

É de importante colocação comentar que a formação rápida de professores foi de grande valia e atendeu as diversas necessidades da época, mas não por muito tempo porque surgiu uma grande preocupação pedagógica fazendo com que estes professores formados retornassem à sala de aula para complementar seus estudos. Com isso a licenciatura de 1º grau (curta) foi ao longo do tempo sendo substituída pela licenciatura plena.

O financiamento da educação previa uma participação dos municípios devendo investir 20% do seu orçamento neste fim, fazendo valer o ensino de 1º grau obrigatório, uma vez que a União e os Estados também tinham sua cota de participação com a educação.

5 | LEI 9394/1996: EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL INALIENÁVEL

A Lei 9394/1996, atual LDBEN, traz diversas mudanças significativas em relação às outras leis – 4024/1961 e 5692/71 – que regulamentaram a educação, e prega a gestão democrática do ensino público tornando a comunidade escolar mais participativa além de prever outro perfil na formação do professor, na divisão de responsabilidades do governo, na estrutura curricular e traz na concepção de indissociabilidade entre níveis, etapas e modalidades educacionais.

A atual LDBEN discute uma proposta de educação libertadora e para a vida, não sendo apenas voltada a formação para o mercado de trabalho, propõe um currículo mais abrangente e multivariado, além de focar áreas específicas como a educação de jovens e adultos com mais detalhamento, passando a ter uma preocupação maior com o

indivíduo, já que se clamava no decorrer dos anos por uma educação menos técnica e mais humanizada. Nesta perspectiva afirma Lima, 2001:

Numa sociedade democrática, o papel de uma política educacional deveria ser o de estímulo a emancipação das consciências individuais, de busca da unificação entre teoria e prática de construção coletiva da autonomia, de busca da reflexão crítica, enfim, da construção do pensamento democrático no indivíduo, para que este buscasse a democratização da sociedade em seu sentido amplo, econômico, político e social (LIMA 2004, p.36).

Essa concepção de educação aponta para uma visão ampla e diversificada dos povos e regiões e das variadas situações onde vivem prevendo a cada um destes uma modalidade de ensino que contemple suas necessidades.

A adoção de uma concepção de ser humano como sujeito histórico exige que se considere o fato de que as relações entre cidadania, democracia e educação se dão em tal reciprocidade e imbricação que cada um dos termos contém necessariamente os demais. (PARO 2001, p. 09).

Do ponto de vista da estrutura a Lei 9394/1996 traz a conquista da inclusão da educação infantil enquanto primeira etapa da educação básica, que passa a compreender também o ensino fundamental e o ensino médio.

Neste sentido a educação vem assegurar princípios que garante ao cidadão o cumprimento dos seus direitos, quando trata da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura e, o pensamento, a arte e o saber. A nova lei regulamenta todas as modalidades de ensino buscando o alcance do máximo de estudantes possível que estejam enquadrados nas mais variadas situações que estão dispostas em cada etapa e modalidade.

Na LDBEN ficam assegurados a oferta pública, gratuita e obrigatória da educação infantil e do ensino fundamental e mais tarde é garantida a inclusão do ensino médio gratuito com a Lei 12061/2009, abrangendo toda a educação básica. Com a universalização do acesso à educação básica e o respeito a pluralidade de ideias, a gestão democrática e a liberdade de aprender e ensinar, a educação alcança o status de direito social inalienável, construindo um dever do Estado como preconiza a Constituição da República de 1988.

A partir das observações de (Rezende, 2006, p.76) podemos interpretar porém, que a garantia de acesso ao ensino médio público afirmada no texto legal, ainda está longe de se tornar realidade, pois a taxa líquida de atendimento está em 33% dos jovens de 15 a 17 anos que estariam na idade correta para esta etapa da Educação Básica. É preciso ressaltar que isto se deve também a repetência durante todo o ensino fundamental que retarda a chegada do educando ao ensino médio, mas mesmo quando analisamos a taxa bruta de atendimento, que não leva em consideração a faixa etária, não passamos de 77%.

Nesta atual LDBEN a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos – EJA representa um avanço com relação ao antigo supletivo, que vem oportunizar àqueles que

não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Esta modalidade leva em consideração a experiência de vida do educando, seus interesses, condições de vida e de trabalho por isso a carga horária desta modalidade é menor do que o ensino regular.

Um dos pontos relevantes neste sentido na atual LDBEN é a questão da oferta do ensino noturno regular dando oportunidade aos estudantes que trabalham durante o dia concluir seus estudos e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio outra modalidade presente na legislação atual, vem com perfil mais humanizado com uma proposta de preparar não só para qualificar para o trabalho, mas sim para o mundo do trabalho.

A atual LDB também trata da organização da educação básica de forma detalhada atribuindo o que cabe a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estes devem trabalhar em regime de colaboração de forma que será obrigação dos Municípios atender a educação infantil em creches e pré-escolas e com prioridade oferecer o ensino fundamental nos seus anos iniciais; aos Estados será atribuído assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem e a União ficará responsável por prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva, entre outras atribuições, (Lei Nº 9394/1996).

Apesar de que a educação superior ainda não seja tratada como obrigação do Estado, pois não universalizamos este nível de ensino, quando existir a oferta pública esta será feita, prioritariamente, pela União, podendo estados e municípios ofertar de forma complementar.

Em relação à atual LDBEN, a Lei Nº 5692/1971 mostra as mudanças que foram implantadas com a carga horária anual passando de 180 dias para 200 dias letivos e de 720 horas para 800 horas anuais. Mudou também a forma de visão sobre as pessoas envolvidas no processo educacional passando a ser denominados profissionais da educação englobando todos participantes da educação sendo eles professores, secretário escolar, merendeira, porteiro entre outros. Essa mudança buscou romper com a dicotomia entre professores, especialistas e demais funções existentes no interior da escola.

No atual contexto houve uma mudança de foco das preocupações em relação ao ensino, privilegiando não mais o tempo de formação (aligeiramento) e sim a qualidade, pois com a experiência das medidas anteriores percebeu-se uma grande necessidade de avaliação na qualidade de aprendizagem dos alunos da escola, sendo assim a formação dos professores passou a ser:

Art. 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal, (LDB 9394/96).

Com relação ao financiamento da educação o percentual da União passou de 12% para 18% na atual LDBEN; aos Estados e Municípios era atribuído repasse de 20% no mínimo de sua receita de impostos e agora não pode ser menos que 25%, o que é um avanço embora ainda insuficiente.

A implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF e sua posterior ampliação para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB pode ser citado como uma conquista dos movimentos sociais da educação no enfrentamento para efetivação de políticas públicas setoriais.

Aspectos comparados	Lei Nº 4024/1961	Lei Nº 5692/1971	Lei Nº 9394/1996
Organização da educação	Primário, Secundário (ginasial e colegial, Superior.	1º grau, 2º grau, Superior foi tratado pela Lei Nº 5440/1968	Educação Básica (infantil, fundamental e médio). Educação Superior (graduação e pós-graduação).
Formação de profissionais da educação	Formação de nível ginásial e colegial; Formação de nível superior em graduação.	Formação em licenciatura de 1º grau; Formação em licenciatura plena; Formação em graduação (especialistas da educação)	Formação em licenciatura em nível de graduação.
Financiamento da educação	União: 12% Estados e municípios: 20%.	União: 12%; Estados e municípios: 20%.	União: 18%; Estados e municípios: 25%.
Obrigatoriedade de oferta pública e gratuita	Somente do primário (4 anos).	Abrangendo o 1º grau (8 anos).	Abrangendo a educação básica (17 anos).

Quadro 2 – Comparação entre as três LDBENs

Elaborado pelo autor.

6 | À GUIA DE CONCLUSÃO: EDUCAÇÃO EM TEMPOS SOMBRIOS

Nestes 60 anos de promulgação da primeira LDBEN e 25 anos da atual, os desafios continuam a ser imensos na luta pela manutenção de direitos historicamente conquistados, como a pluralidade de ideias, o financiamento, as modalidades diferenciadas e a valorização

dos profissionais da educação. O enfrentamento de legislações e debates como a escola sem partido, a terceirização das atividades finalísticas, a reforma do ensino médio e a própria implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC da forma como foi executada fazem parte do rol dos desafios atuais.

O Estado brasileiro continua aliado dos interesses do grande capital e isso se reflete numa educação mercantil, cujo principal objetivo é atender as demandas do mercado e os índices impostos por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Ao Estado caberia fixar padrões com objetivos claros e bem definidos, facilitar o acesso aos chamados 'insumos' que influenciam o rendimento escolar, adotar estratégias flexíveis para a aquisição destes insumos (através de parcerias público-privadas) e monitorar o desempenho escolar (através de avaliações padronizadas) Seria o início da escola-padrão, da escola de manuais, com avaliação e currículos padronizados, distante das discussões críticas e das reflexões mais aprofundadas. Seria a consolidação da educação vista como mercadoria (Soares, 2020, p.8 *apud* Altmann, 2002).

Sem a pretensão de concluir o debate verificamos que nestes sessenta anos da primeira lei geral, a educação foi objeto de lutas e disputas por hegemonia, tendo que ser adaptada diversas vezes para atender o interesse de um público diferenciado no sentido das classes sociais tendo o desafio de promovê-la muitas vezes sem alterar o *status quo*. Assim, estas adaptações serviram para atender interesses de poucos em especial os do governo e da elite ali instalada e representada gerando com isso muitos desencontros na educação.

A escola atual desenvolve um papel muito importante na vida do educando sendo assim a sua segunda morada, uma vez que os alunos muitas vezes passam mais tempo na escola do que na sua própria casa. A luta por uma educação inclusiva e emancipadora tem impulsionado a participação de toda a comunidade escolar tendo em vista a construção de uma educação democrática e mais acessível.

Em relação à obrigatoriedade da oferta gratuita de todo o percurso da educação básica, esta foi uma das maiores conquistas da história, ocorrida pós-LDBEN e incorporado a lei atual. No entanto, o ensino superior já universalizados em muitos países ainda continua à margem deste processo no país, embora tenha experimentado expansão na última década, esta se deu prioritariamente na rede privada e em instituições não universitárias como faculdades isoladas.

Alguns entraves têm dificultado sobremaneira que a educação avance de forma mais rápida no Brasil como a ausência de um sistema nacional conforme opina Saviani, 2007:

O primeiro desafio pode ser denominado globalmente de ausência de um sistema de educação. Não conseguimos ainda implantar um sistema de ensino em nível nacional. [...] o Brasil foi postergando essa questão e até hoje não conta com um sistema de ensino organizado em âmbito nacional. Em decorrência, o déficit foi acumulando-se e neutralizando os esforços parciais que se fizeram ao longo dos últimos cem anos (SAVIANI 2007, p.21-22).

De fato, a sobreposição dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais numa lógica desarticulada cria diversos entraves para avanços que possam diminuir as desigualdades, e isto acaba por gerar uma descontinuidade das ações. Assim, como pensar em uma política de formação continuada para os profissionais da educação se as ações no campo das políticas públicas educacionais são descontinuas e variam de acordo com cada governo?

Os desafios são muitos ainda, por isso é necessário que cada um participe mais da realidade da escola, pais, alunos e profissionais precisam contribuir para que as políticas cheguem a todos e com a qualidade que se merece e isto sem esquecer a defesa da educação pública, gratuita, plural e com qualidade referenciada socialmente, sobretudo nestes tempos sombrios de autoritarismo e ataques a democracia em nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1961.

_____. Lei nº 5440, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1968.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

FERREIRA JR., Amárico. **História da Educação Brasileira : da Colônia ao século XX** São Carlos/SP: EdUFSCar, 2010.

LIMA, Antônio Bosco de. **Políticas educacionais e o processo de “democratização” da gestão educacional.** IN: LIMA, Antonio Bosco de (org). Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada. São Paulo: Xamã, 2004.

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil.** Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro Número 40 Volume 2, p.201-236, Mar./Abr. 2006.

OLIVEIRA, Maria Luísa Barbosa de. **Articulação do ensino no Brasil – 1960.** Revista brasileira de estudos pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 34, n. 79, p. 101-107, jul./set. 1960.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre Educação**. 1º Ed. São Paulo: Xamã, 2001.

PERONI, Vera. **A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado**. *IN*: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (org). Público e privado na educação novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

REZENDE, José Marcelino. **O financiamento de uma escola com padrão de qualidade**. *IN*: Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A educação na América Latina direito em risco. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Os desafios da educação pública na sociedade de classes**. *IN*: ORSO, Paulino José (org). Educação, sociedade de classes e reformas universitárias. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

SOARES, Fabiana Pegoraro. **A influência do Banco Mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia**. Geografia, Ensino e Pesquisa. Santa Maria, v. 24, e16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/41843>. Acesso em 14 de abril de 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

T

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

V

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br